CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0625/91 - PROC. DRESJRP N9 1359/91

INTERESSADO : DOUGLAS BRANCO

ASSUNTO : Recurso - 2ª série do 2º grau - EEPSG "Cardeal Leme"/São José do Rio Preto.

REIATORA : CONSª MARIA BACCHETTO

PARECER CEE N° 1252/91 CESG Aprovado: 11/9/1991.

Conselho Pleno

1 - HISTÓRICO:

1.1 Douglas Branco, RG. N° 22.584.252, cursou, em 1990, a 2ª série do 2º grau da EEPSG "Cardeal Leme" - 1ª DE/DRE de São José do Rio Preto, sendo considerado retido em Física, História e Geografia, disciplinas em que obteve os seguintes resultados, conforme ficha individual do aluno do protocolado:

Disciplina	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	M.Final	C.Final
Física	D	B	D	D	D	D
História	D	D	D	D	D	D
Geografia	B	D	D	D	D	D

1.2 Inconformado, o interessado, em 13/12/1990, solicita à direção da escola reconsideração do conceito "D" do 4º bimestre no componente "Geografia" a fim de poder participar dos estudos finais de recuperação, alegando que, por ocasião da prova, em 30/11/90 não se encontrava em condições físicas e mentais, em decorrência de uso de medicamento anticonvulsivo, conforme atestado médico (fls. 06 e 07-A).

1.3 Em 17/12/90, o Conselho de Classe reuniu-se, extraordinariamente, para apreciar o recurso do interessado, decidindo-se pela retenção do mesmo, uma vez que "o aluno não tem condições de tirar o conceito "C", considerando-o displicente, pois não entregou o trabalho solicitado pela professora de Geografia, no 4º Bimestre

e ainda, não reúne condições de ser promovido (fls. 7B). Tendo o interessado tomado ciência às fls. 06-verso.

1.4 O requerente, então, em 17/12/90, dirige-se à 1ª DE de São José do Rio Preto, solicitando nova oportunidade de avaliação em Geografia, alegando que foi utilizado um único instrumento de avaliação no 4º bimestre.

1.5 No mesmo dia, é encaminhado o expediente à U.E. para informação, e, em 19/12/90, a direção da escola solicita manifestação da professora de Geografia quanto ao alegado.

1.6 Em 20/12/90, em atendimento ao despacho do Sr. Diretor, a professora responsável informa:

1.7 a avaliação realizada em 30/11/90 refere-se à recuperação do 4º bimestre, cuja prova foi anexada nos autos;

1.6.1 com relação à avaliação do 4º bimestre foram utilizados dois instrumentos (por escrito), sendo um deles uma prova e um trabalho sobre agricultura brasileira, trabalho este que o interessado não entregou;

1.6.2 além desses dois instrumentos foram realizados debates em sala de aula, sendo que o aluno não participou, ficando totalmente apático;

1.6.3 além dessas informações, a referida professora ratifica, os termos prestados por ela e seus colegas, durante a reunião extraordinária do Conselho de Classe, realizada, em 17/12/90, o Sr. Diretor da Escola manifesta-se pelo indeferimento do solicitado, ratificando as decisões do Conselho de Classe de 13/12/90 (1ª fase), de 17/12/1990.

1.7 Por despacho de 21/12/90, o Sr. Diretor da Escola manifesta-se pelo indeferimento do solicitado, ratificando as decisões do Conselho de Classe de 13/12/90 (1ª fase), de 17/12/90 e informações da referida professora, restituindo os autos à Delegacia de Ensino.

1.8 Em 27/12/90, o Supervisor de Ensino, após examinar a documentação anexada, conclui, "não ter razão o requerente. Os fatos não se passaram como alegado na inicial que: em primeiro lugar, conflita com o pedido apresentado em 13/12/90", manifestando-se pelo indefe

1.9 A titular da 1ª DE de São José do Rio Preto, em 27/12/90, acolhe o parecer do Supervisor de Ensino devolvendo o expediente à U.E. para ciência do interessado, o que ocorreu somente em 28/05/91 (g.n).

1.10 Às fls. 13, por despacho de 28 de maio de 1991 o Sr. Diretor de Escola justifica que "o presente protocolado ficou retido nesta U.E., até a presente data, aguardando que o interessado viesse tomar ciência do despacho da Sra. Delegada de fls. 12" (g.n).

1.11 O requerente, em 07/06/91, protocolou na D.E., recurso dirigido ao CEE, sendo os autos restituídos à U.E. para ser instruído, conforme dispõe a Res. S.E. nº 235/87, recebendo informações da professora de "Geografia" e direção da escola, ratificando o informado anteriormente.

1.12 Os autos são enviados diretamente ao Colegiado em 14/06/91, através da 1ª D.E. de São José do Rio Preto.

2 - APRECIÇÃO:

2.1 Preliminarmente, cumpre ressaltar que o processo tramitou em desacordo com o que prevê o artigo 5º da Res. SE nº 235/87, quando estabelece:

"Artigo 5º:- Caso seja impetrado recurso ao Conselho Estadual de Educação, o expediente deverá ser encaminhado pelo Delegado de Ensino em trâmite direto ao Gabinete do Secretário que, devidamente instruído, o encaminhará para decisão daquele Colegiado".

2.2 Ressaltamos ainda, que, quanto ao prazo para que o aluno tome ciência do parecer final ao nível de DE, o § 5º do artigo 4º da mesma Resolução estabelece: "Do despacho decisório do Delegado de Ensino será dada ciência por escrito ao aluno ou seu responsável, no prazo

máximo de 05 dias" (g.n.).

Conforme consta, nos autos, o interessado tomou ciência, em 28 de maio de 1991, do parecer final de 27.12.90 da titular da 1ª. D.E. de São José do Rio Preto.

O artigo 6º da Resolução SE nº 235/87 estabelece: "A não observância dos prazos para pedidos de reconsideração e recurso poderá acarretar por parte do interessado o indeferimento do pedido e por parte das autoridades desta Secretaria a apuração de responsabilidade".

2.3. No caso em tela, os procedimentos adotados pela Escola e Delegacia de Ensino quanto à retenção do aluno estão regimentalmente corretos. Embora não se trate especificamente de recurso relativo ao resultado final, está indiretamente relacionado a ele, daí ter recebido o tratamento, na D.E., como se assim fosse.

Considerando, portanto, as informações da professora de Geografia, da direção da Escola e da supervisão de ensino não há razões que justifiquem o acolhimento do pedido.

3. CONCLUSÃO:

Indefere-se o recurso solicitado pelo interessado, Douglas Branco, mantendo-se sua retenção na 2ª série do 2º grau da EEPSG "Cardeal Leme", 1ª. D.E. de São José do Rio Preto.

São Paulo, 25 de julho de 1991

a) CONSEIHEIRA MARIA BACCHETTO

Relatora

4 - DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o VOTO da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Eduardo Storópoli, Francisco Aparecido Cordão, Luiz Roberto da Silveira Castro, Mário Ney Ribeiro Daher e Nacim Walter Chieco.

Sala das Sessões, aos 31 de julho de 1991

a) CONSº LUIZ ROBERTO DA SILVEIRA CASTRO
VICE-PRESIDENTE (no exercício da
Presidência)

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de setembro de 1991.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente